



Advocacia-Geral da União



Concurso Público

Advogado da União

Prova **Discursiva P₃**
Partes I e II

Aplicação: 19/12/2004

TARDE



LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém as partes I — **peça judicial** — e II — **três questões discursivas** — da prova discursiva P₃, acompanhadas de páginas para rascunho.
- 2 As páginas para rascunho são de uso opcional; não contarão, portanto, para efeito de avaliação.
- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 4 Durante a realização da prova, não será permitida a consulta a nenhum material.
- 5 Durante a prova, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 7 A duração da prova é de **três horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e à transcrição dos textos definitivos para o caderno de textos definitivos da prova discursiva P₃.
- 8 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe o caderno de textos definitivos completo e deixe o local de prova.
- 9 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou no caderno de textos definitivos poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA

- I **11/2/2005** – Resultado provisório das provas discursivas: Diário Oficial da União, Internet — www.cespe.unb.br — e quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- II **14 e 15/2/2005** – Recursos (provas discursivas): em locais e horários que serão informados na divulgação do resultado provisório das provas discursivas.
- III **11/3/2005** – Resultado final das provas discursivas e convocação para avaliação de títulos e sindicância da vida progressa: locais mencionados no item I.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 14 do Edital n.º 2/2004 – AGU/CESPE/UnB, de 23/7/2004.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 448 0100; Internet – www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

PROVA DISCURSIVA P₃

- Nas partes I (**peça judicial**) e II (**questões**) desta prova — que valem **dez** pontos cada uma —, faça o que se pede, usando as páginas correspondentes do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva os textos para as respectivas páginas do **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Na parte I, utilize, no mínimo, **trinta** e, no máximo, **sessenta** linhas. Qualquer texto com extensão aquém da mínima de **trinta** linhas será apenado, e qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **sessenta** linhas será desconsiderado.
- Na parte II, em cada uma das questões, utilize, no máximo, **vinte** linhas. Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **vinte** linhas será desconsiderado.
- Será também desconsiderado o texto que não for escrito na(s) página(s) de **TEXTO DEFINITIVO** correspondente(s).

ATENÇÃO! No caderno de **textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

PARTE I

PEÇA JUDICIAL

Auto Viação Gaivota Ltda., concessionária de transporte urbano do município de Belo Horizonte, propôs contra esse município ação de indenização, pelo rito ordinário, perante o juízo cível da comarca de Passa Quatro, local do acidente em que se envolveu veículo do autor. Alegou que, em virtude do péssimo estado de conservação da Marginal Coqueiro, MG 176, pista que interliga a Capital com a vizinha cidade de Passa Quatro, um de seus veículos envolveu-se em grave acidente, capotamento, o que resultou em danos materiais (perda do veículo e lucros cessantes) e morais (imagem da empresa perante os usuários do serviço). Pleiteou, além da indenização por danos materiais e morais, a condenação do réu ao pagamento da quantia de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), a título de regresso, relativa à condenação que a empresa sofrera em ação que lhe fora anteriormente movida pelos passageiros do ônibus vitimados no acidente. O juiz determinou a citação do réu na pessoa do prefeito para contestação do feito no prazo de 15 dias, sob pena de revelia, tendo o prefeito encaminhado o mandado de citação ao procurador-geral do município para as providências cabíveis.

Na qualidade de procurador do município demandado, e tendo recebido a incumbência de oferecer contestação no feito, redija a peça cabível no caso, abordando todas as questões pertinentes à defesa.

RASCUNHO PARA A PEÇA JUDICIAL – 1 / 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO PARA A PEÇA JUDICIAL – 2 / 2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

PARTE II

QUESTÃO 1

A Lei n.º 9.271, de 17/4/1996, deu nova redação ao art. 366 do Código de Processo Penal (CPP), que passou a dispor: "se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva, nos termos do disposto no art. 312".

Considerando o comentário acima, redija um texto dissertativo abordando, de forma abrangente, os seguintes aspectos:

- ▶ natureza jurídica do art. 366 do CPP, com a nova redação;
- ▶ admissibilidade da aplicação retroativa aos crimes cometidos antes da vigência do art. 366 do CPP com a nova redação.

(valor: 3,0 pontos)

RASCUNHO PARA A QUESTÃO 1

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

Aprovado em concurso público promovido por uma empresa pública federal, João foi regularmente contratado pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Depois de superado o período alusivo ao estágio probatório, em que foi aprovado com louvor, João alterou substancialmente o seu comportamento. Passou a comparecer ao trabalho trajando camisa com a marca de determinado partido político e a provocar os colegas de trabalho que assumiam orientação política distinta da sua. Em razão dos transtornos causados, João acabou sendo dispensado — embora imotivadamente — do emprego e recebeu todas as verbas rescisórias devidas. Não se resignando, João buscou a Justiça do Trabalho e obteve, em decisão antecipatória dos efeitos da tutela, a sua reintegração no emprego.

Diante da situação hipotética acima, responda, fundamentadamente, se a forma de rescisão contratual deliberada pela empresa apresenta alguma ilicitude e posicione-se quanto à existência de algum meio processual de a empresa buscar a reversão da decisão antecipatória proferida. Na sua resposta, deverão ser abordados necessariamente os seguintes aspectos:

- ▶ contrato de trabalho e rescisão imotivada por entidades vinculadas à Administração Pública Indireta;
- ▶ decisões interlocutórias, irrecorribilidade e amplo direito de defesa.

(valor: 4,0 pontos)

RASCUNHO PARA A QUESTÃO 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

QUESTÃO 3

Em processo de falência da empresa-mãe, o julgador de primeiro grau, apreciando as provas dos autos, constatou a existência de “notório desvio de finalidades sociais para fins ilícitos” e verificou que a estrutura de grupo de sociedades era meramente formal, com administração sob unidade gerencial, laboral e patrimonial.

Com base nesses fatos e atendendo a pedido do síndico da massa falida, ele aplicou a teoria da desconsideração da personalidade jurídica e decretou a falência das empresas coligadas. Essas recorreram e alegaram a ilegitimidade do síndico para pedir a falência e a necessidade de propositura de ação autônoma, para a desconsideração de personalidade jurídica e decretação da falência das coligadas, sob pena de ofensa aos princípios constitucionais da ampla defesa e do devido processo legal.

Diante desses fatos, apresente uma análise da situação abordando os fundamentos da decisão do juiz e do recurso, à luz da jurisprudência do STJ.

(valor: 3,0 pontos)

RASCUNHO PARA A QUESTÃO 3

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

